

A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COMO UM FENÔMENO GESTIONÁRIO: CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MILTON SANTOS E REGINALDO SANTOS

SPATIAL ORGANIZATION AS A MANAGEMENT PHENOMENON: CONTRIBUTIONS FROM THE THOUGHT OF MILTON SANTOS AND REGINALDO SANTOS

LA ORGANIZACIÓN ESPACIAL COMO FENÓMENO DE LA GESTIÓN: APORTES DESDE EL PENSAMIENTO DE MILTON SANTOS Y REGINALDO SANTOS

Emerson de Sousa Silva, Dr.

Advocacia Geral da União, Procuradoria Federal em Sergipe/Brazil
emersonico@yahoo.com.br

Elizabeth Matos Ribeiro, Dra.

Universidade Federal da Bahia
ematosribeiro@gmail.com

Mônica Matos Ribeiro, Dra.

Universidade Salvador, Universidade do Estado da Bahia/Brazil
monica.matos@yahoo.com.br

Mônica Muniz Pinto de Carvalho, Dra.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/Brazil
monicarvalho@pucsp.br

RESUMO

Este ensaio teórico objetiva advogar que, por atender a uma intencionalidade prévia politicamente concertada, a Organização Espacial é um fenômeno gestionário. Essa proposição estriba-se na percepção de que a adaptação da natureza aos desígnios humanos se realiza, também, pela condução da Ciência da Administração, ou seja, as análises dos seus processos sociais, na perspectiva de sua organização, condução e finalidade, devem ser exploradas, fundamentalmente, por sua dimensão política. Para a concretude dessa análise epistêmica-teórica inovadora, recorre-se a duas construções teóricas distintas, porém, complementares: a concepção de Espaço Geográfico, de Milton Santos (2003, 2004, 2012b), e a teoria da Administração Política concebida por Reginaldo Santos (2004). Dessa articulação interdisciplinar foi possível plasmar uma interpretação alternativa da intervenção humana sobre a 'organização espacial' do espaço geográfico que se apresenta como uma expressão do que a Administração Política denominou de padrão de gestão das relações sociais de produção. Assim, considerar os Padrões Gestionários do Espaço Geográfico representa um enfoque sobre como os agentes sociais, principalmente os estamentos dirigentes, procurariam legitimar e conduzir a coordenação das formas de produção e transformação das paisagens impondo que se adaptem/subordinem aos interesses dos processos de reprodução socioeconômica.

Palavras-chave: Administração Política; Organização Espacial; Espaço Geográfico.

ABSTRACT

This essay aims to defend that the Spatial Organization is a management phenomenon. This finding derives from the belief that the disposition of the elements of the Geographical Space results of a previously agreed political intention, in a way that this process is only carried out with the promotion of administrative actions. This proposition is based on two theories: the Political Administration, created by Reginaldo Souza Santos, and the conception of Geographical Space by Milton Santos. Both, when juxtaposed, allow the emergence of an alternative interpretation on the formats of human intervention in the geographical environment. In this way, the changes in the Geographical Space would result from the forms of management of the social relations of production in force. The Political Administration of the Geographical Space would be the means by which the ruling social strata would seek to legitimize and lead the coordination of the ways of transforming the landscape and adapting it to their interests of accumulation.

Keywords: Political Administration; Spatial Organization; Geographical Space.



RESUMEN

El objetivo de este ensayo teórico es argumentar que la Organización Espacial es un fenómeno de gestión porque responde a una intencionalidad previa, consensuada políticamente. Esta proposición se basa en la percepción de que la adecuación de la naturaleza a los designios humanos también se produce a través de la conducción de la Ciencia de la Administración, es decir, el análisis de sus procesos sociales, desde la perspectiva de su organización, conducción y finalidad, debe ser explorado, fundamentalmente, a través de su dimensión política. Para concretizar este innovador análisis epistémico-teórico, se utilizaron dos constructos teóricos distintos pero complementarios: la concepción de Milton Santos (2003, 2004, 2012b) sobre el Espacio Geográfico y la teoría de la Administración Política concebida por Reginaldo Santos (2004). A partir de esta articulación interdisciplinaria, fue posible conformar una interpretación alternativa de la intervención humana en la "organización espacial" del espacio geográfico, que se presenta como expresión de lo que la Administración Política ha denominado patrón de gestión de las relaciones sociales de producción. Así, considerar los Patrones de Gestión del Espacio Geográfico representa una aproximación a cómo los agentes sociales, especialmente los estamentos dirigentes, buscan legitimar y conducir la coordinación de las formas de producción y transformación de los paisajes, imponiendo que se adapten/subordinen a los intereses de los procesos de reproducción socioeconómica. De esta forma, considerar los Patrones de Gestión del Espacio Geográfico, representa una aproximación a cómo los agentes sociales, especialmente los estamentos dirigentes, buscan legitimar y liderar la coordinación de las formas de producción y transformación de los paisajes, imponiendo que se adapten/subordinen a los intereses de los procesos de reproducción socioeconómica.

Palabras clave: Administración Política; Organización Espacial; Espacio Geográfico.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Espacial é um fenômeno socialmente conduzido que nas sociedades classistas atende aos desejos e às necessidades de acumulação e reprodução dos interesses socioeconômicos dos estamentos dirigentes. De igual modo, o estabelecimento das regras de planejamento, de comando e de controle das relações sociais de produção, consumo/circulação e distribuição (RSPC&D) não se conforma de modo aleatório frente às amarras políticas de legitimação e coordenação dos padrões de gestão das RSPC&D do capitalismo. Com base nesses pressupostos pode-se inferir que uma dada Organização Espacial se constitui como um fenômeno gestionário, isto é, expressa-se como um fenômeno administrativo relevante.

Assim, os fixos e os fluxos que determinam os sentidos e os direcionamentos das relações socioespaciais de produção podem ser tratados como um tema relevante dos estudos da administrativos assumindo, desse modo, um lugar privilegiado como objeto de especulação para a concepção e promoção de um dado projeto de desenvolvimento social. O ducto que propiciaria tal conexão seria as bases epistêmicas e teórico-metodológicas da Administração Política, uma vez que incorpora em suas bases científicas categorias macro gestoriais/macrossociais que permitem reposicionar a Administração como um campo de conhecimento privilegiado responsável por não apenas executar processos, mas pensar estrategicamente as RSPC&D. O que implica admitir que a administração se encontra no campo do pensamento social vocacionada, portanto, para interpretar e transformar a realidade social e organizacional, avançando, desse modo, seu papel técnico-operacional – que também assume relevância, mas como resposta a uma dada concepção de gestão.

Nesse sentido, sustenta-se como premissa central para as reflexões presentes neste artigo que os fenômenos atinentes à organização dos espaços geográficos, além de expressarem as determinações sociológicas e socioeconômicas, só se materializam em resposta a um dado padrão gestionário, concebido, previamente, pelos interesses da sociedade e implantado por recursos técnico-operacionais adequados sob a coordenação dos processos gerenciais – que representam, segundo R. Santos (2004), o campo próprio da Administração

Profissional. Ao reconhecer a interdisciplinaridade entre o Espaço Geográfico e a Administração Política, sustenta-se que estas duas abordagens convergem no entendimento de que a substantividade dos respectivos objetos de conhecimento (a organização espacial e a gestão socioeconômica) desses campos encontra-se, justamente, no reconhecimento do papel das ‘intencionalidades’ (propósitos) que fundamentam a concepção e execução das RSPC&D. O que implica admitir que são as intencionalidades prévias que vão inspirar e justificar a adoção de uma dada racionalidade orientadora da concepção, implantação/execução e remodelação dos espaços, seja para a definição da localização dos objetos geográficos, seja para a designação dos papéis e representações que serão assumidos pelos atores sociais.

Sob essa perspectiva, as pesquisas sobre desenvolvimento passariam a delinear uma fronteira tênue entre os campos da Economia Política, da Administração Política e da Geografia, com ênfase no objeto de estudo referente aos modos de gestão e organização dos espaços geográficos. Tal esforço interdisciplinar fica evidenciado quando o debate científico se inclina para (re)interpretar e transformar as questões relativas ao bem-estar coletivo, de modo a garantir novos padrões de gestão das relações sociais de produção fundada em uma melhor e mais justa distribuição da riqueza socialmente produzida. Sobre esse aspecto a Administração Política avança ao propor inverter as bases ontoepistêmicas e teórico-metodológicas da Administração Política do capitalismo contemporâneo que passaria a ser guiado por um novo padrão de relações sociais de produção, fundado na distribuição como variável e condição prioritária.

Ao propor a inversão dos princípios ontoepistêmicos da ciência e práticas da Administração (Política), Reginaldo Santos ressalta o papel central das ‘intencionalidades’ dos indivíduos e coletivos como marco referencial fundante das relações sociais de produção. O que reforça as aproximações possíveis com o pensamento de Milton Santos sobre espaço geográfico visto que defende que o ambiente socialmente produzido expressa o esforço promovido por um conjunto indissociável de objetos e ações sociais (humanas). Essas definições científicas convergem, portanto, para o mesmo ponto ao ressaltarem que é a ‘ação do homem’, a partir do desenvolvimento de diversas técnicas/tecnologias, que explicam as transformações sobre a natureza e a criação de novos inventos culturais que vão transformar tudo em objeto (inclusive o meio ambiente). Nesse sentido, o objetivo basilar do presente ensaio é desvelar os preceitos da Administração Política latentes no pensamento do geógrafo Milton Santos. Para alcançar esse desiderato, foi realizado, primeiramente, o cotejo do pensamento de Milton Santos sobre a estrutura e natureza do fenômeno denominado de Organização Espacial com os ditames propostos pelo campo da Administração Política desenvolvido por Reginaldo Santos.

Ainda que não seja algo intuitivo, a proposição de que haja arestas entre esses dois blocos especulativos de conhecimentos sobre as dinâmicas sociais contemporâneas tem origem no fato de que os dois campos citados comungam a percepção de que o circuito produtivo não é fruto da manifestação divina/cósmica ou advém de resultados espontâneos das relações humanas, mas é resultado e resultante das intervenções humanas. Afinal, para essas duas construções científicas as RSPC&D são determinadas por ‘intencionalidades’ e decisões políticas que se expressam na forma do que R. Santos (2004) definiu como um dado padrão de gestão ou, simplesmente, como capacidade gestonária.

Logo, encarar a Organização Espacial como um aspecto próprio da Administração Política ou, alternativamente, a Administração Política como um aspecto da Organização Espacial é uma decorrência esperada. Essa pressuposição ganha relevo quando se considera que esses dois fenômenos sociais têm na ação humana seu moto inaugural (propósitos) e na modificação da paisagem sua exposição mais externa e visível. Ademais, revelam

concertações fundadas no domínio do poder político como principal elemento catalisador. Defluência de uma interação conflitiva onde os seus intérpretes agem estrategicamente com o fito de garantir nacos da riqueza socialmente gerada, a intervenção administrativa sobre os fatores espaciais se posta como um instrumento de chancela política de dominação sendo utilizada para submeter e, ao mesmo tempo, justificar essa submissão.

Certamente este ensaio pode causar alguns estranhamentos causados pela proposição aqui defendida, principalmente quando seus fundamentos não estão localizados no interior dos contornos do que muitos chamam de *mainstream*. Mas, como o objetivo dessa discussão é abrir um novo espaço de debate no âmbito do pensamento social crítico, avalia-se que este texto ganha relevância. Como resultado dessas provocações espera-se que a leitura deste escrito se consolide como uma nova trilha de pesquisas interdisciplinares nos campos da Administração e da Geografia, com ênfase no estudo do Espaço Geográfico a partir da óptica própria da Gestão. Com esse precedente, defende-se que a ciência da administração (Administração Política) tem condições de reinterpretar os processos agregados que determinam a qualidade das interações entre os agentes econômicos e, também, como seu trato é estabelecido e como vão redundar na disposição e no regramento do acesso e usufruto dos objetos geográficos. Ademais, no perímetro desenhado para os estudos gestionários, poucos são os ramos que possuem o grau de compatibilidade com o tema da Organização Espacial como a abordagem da Administração Política, haja vista que os dois campos têm na evolução das forças produtivas e na conformação dos circuitos de produção um dos seus principais objetos de investigação.

O ensaio ora apresentado encontra-se dividido em quatro seções integrando esta introdução, duas seções teóricas e as necessárias considerações finais. No âmbito dos mementos teóricos, localizados na segunda e terceira partes, respectivamente, foi feita uma exposição abreviada dos rudimentos nocionais da Administração Política e um cotejo desses conceitos com as definições que repousam sobre o entendimento do que vem a ser Organização Espacial.

Cabe ressaltar que este texto ganha relevância particular por, também, possibilitar o encontro do pensamento de dois intelectuais brasileiros, baianos, negros, pobres, estigmatizados, que conseguiram vencer as barreiras sociais por suas próprias capacidades intelectuais. Os dois pensadores revelam em suas obras um compromisso, não apenas em produzir ciência, mas de que esse esforço contribuísse de algum modo para transformar a dura realidade que tem arrastado o Brasil para um nível de aprofundamento das desigualdades sócio-históricas.

2 CHAVEAMENTO METODOLÓGICO

Antes de dar prosseguimento à presente contribuição, faz-se necessário estabelecer os fundamentos metodológicos das interpretações empreendidas. Conforme já enunciado, os elementos conceituais que sustentam as digressões aqui promovidas emanam tanto dos preceitos dispostos nos textos canônicos do campo da Administração Política quanto das palavras proferidas pelo geógrafo Milton Santos. O efeito prático dessa escolha ganha corpo no fato de que o discurso ora estruturado se assume como uma peça crítica e não funcionalista.

Nesse sentido, o processo de elaboração argumentativa toma como orientação a premência de se extrair das coisas e dos eventos os seus determinantes interiores e não se prender apenas àquilo o que está na superfície. Isso significa que todo o trabalho metodológico que consubstanciou este escrito foi pautado pela busca não apenas

do movimento aparente da realidade, mas, também, pela extração das suas dinâmicas, com especial atenção para as suas contradições.

O grande suporte nocional absorvido por esta análise é o de que não há Espaço Geográfico sem Sociedade e, nem, Sociedade sem Espaço Geográfico, ou seja, o espaço é, ao mesmo tempo, um constructo humano e uma componente estruturante da própria existência humana. Por sinal, é essa norma que vai permitir os surgimentos de tangências entre a Geografia e a Gestão. Afinal, se o Espaço Geográfico é um sinônimo de Sociedade e esta ganha corpo por meio de interações entre indivíduos calcadas em atos políticos de coordenação, não há como não se recepcionar aquele como palco de uma diversidade de ações gestionárias. Por corolário, tem-se que o Espaço Geográfico é essencialmente matéria humanamente trabalhada (Santos, 2012a).

Sem a aceitação desse axioma ficam inviabilizadas quaisquer tentativas de especulação sobre a natureza administrativa das incursões humanas por sobre o espaço e suas derivações conceituais (local, lugar, território etc.). Dessa forma, a lupa pela qual são investigados os elementos espaciais, bem como suas formas, suas funções, seus processos, em suma, as suas relações, tem que ser aquela na qual o devir das entidades e dos fenômenos é conduzido pelo compasso da própria evolução humana.

Sumariamente, o mecanismo metodológico que edificou este esforço intelectual se assenta na procura pelo dialético latente que habita a epiderme das relações sociais que irrompem o espaço. Mais precisamente, na apresentação de premissas que autorizariam tratar os objetos geográficos – seus usos e suas disposições – como decorrências de uma conduta administrativa, onde controles e planejamentos (não, necessariamente formais) organizariam os modos pelos quais se dão essas manifestações.

3 ANÁLISE DA GESTÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO, CONSUMO/CIRCULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

3.1 Contribuições da Administração Política

Conforme já destacado anteriormente, em Santos e Ribeiro (1993), R. Santos (2001a; 2001b), Santos, Ribeiro e Santos (2009), Santos *et. al.* (2016), Santos e Gomes (2017) e entre outras obras de Reginaldo Santos, a gestão das relações sociais de produção, consumo/circulação e distribuição não é algo solto no tempo e no espaço; isto é, fruto de um movimento espontâneo. Ao contrário desse ideário que tem sido propalado pelo pensamento liberal, as relações socioeconômicas surgem como resultado de um complexo e dialético processo de intencionalidades expressas pelas necessidades e expectativas sociais que resultam da disputa de interesses conflitantes e de processos decisórios politicamente concertados. O que significa admitir que um dado padrão de gestão do desenvolvimento reflete o resultado de forças aglutinadoras em torno de determinados interesses legitimados socio-historicamente por meio do uso da força ou pelo convencimento (ideário). O que significa admitir que é a legitimação social que garante a existência e reprodução de um dado sistema socioeconômico construído e administrado socialmente.

Nas palavras de Sousa Silva (2021, p. 43), a Administração Política pode ser considerada

[...] uma prática social cujo objetivo é o de instituir a conduta dos agentes dentro de um padrão previamente estabelecido de procedimentos e que tem por finalidade garantir a legitimidade, a estabilidade e a continuidade das relações sociais de produção.

Com base nesse argumento, o conceito de gestão deve ser entendido como uma ação política – compreendida como o exercício do poder e a disposição de regular a conduta individual e coletiva – direcionada para o estabelecimento de procedimentos técnicos para sua operacionalização (Justen *et al.*, 2017). Ribeiro (2008) tonifica esse posicionamento alegando que a Administração Política encontra pouso de realização naquela região sombreada que subjaz as estruturas organizacionais e administrativas e/ou burocráticas e que, eivada de intencionalidades e objetivos de classe, dinamizam as transformações dos modos como os agentes econômicos interagem, com o fito de garantir a manutenção do sistema produtivo.

Complementa essa interpretação Paço Cunha (2017), ao ressaltar que investigar modos de Administração Política demanda a exploração das representações possíveis das classes sociais, bem como dos seus conflitos, de suas contradições, dos confrontos e choque a que se expõem e são expostas, dos seus contornos de intervenção e, finalmente, dos seus processos de transformação, entendendo-os como fatos da concretude cotidiana. Por conseguinte, faz-se necessário reconhecer então que, de uma forma ou de outra, em qualquer fase da história, todas as sociabilidades são detentoras de alguma modalidade de Administração Política, com especial atenção para aquelas que adotaram o capitalismo como o seu modo de produção hegemônico (Sousa Silva, 2021).

Tude, Cunha e Rodrigues (2010) corroboram com essa ideia ao mencionar que a Administração Política é um fenômeno antigo e que acompanha a humanidade desde os tempos em que as comunidades tribais iniciaram os seus processos de complexificação social. Logo, ao se aceitar esse ditame, está se assumindo que as sociedades sempre se desenvolveram à sombra de alguma forma de coordenação (gestão) e controle das relações sociais, somente cabendo espaços para se definir os volumes de dispersão/concentração dessas ações de comando e organização.

Outro detalhe que não pode passar despercebido é que a Administração Política não é sinônimo de cidadania, concebendo essa última como a outorga de um agrupamento de direitos sociais inalienáveis que acompanham o indivíduo pelo simples fato de ele adentrar à sociedade humana (Santos, M., 2007), muito menos de emancipação e bem-estar geral. Afinal, não poucas foram as vezes em que a Gestão das relações sociais de produção foi instrumentalizada para patrocinar e legitimar iniquidades (Paço Cunha, 2019). Então, a opção pela adoção de uma Administração Política por parte das sociabilidades se justificaria pela necessidade de se garantir a obtenção da materialidade e promover a acumulação por meio da estabilização das relações de produção (Santos; Ribeiro; Santos, 2009), via ações de convencimento ou de coerção, cristalizadas em regramentos (tácitos ou explícitos) da conduta coletiva. E essa normatividade se expressaria por meio da definição de como as sociedades se estruturam para gerar e distribuir a riqueza coletivamente construída, num contexto em que as esferas privadas e públicas, além dos ambientes técnico-científico e institucional, são mobilizadas para atender tais desideratos (Sousa Silva, 2021).

A validade da definição e organização de intencionalidades prévias teria na finalidade o seu maior dispositivo ratificador. Nas palavras de Santos *et al.* (2020) e R. Santos (2009), quanto mais próxima à realidade concreta estiver daquilo o que foi idealizado, mais efetiva será a Administração Política engendrada. No entanto, em nada isso a compromete com a construção de uma sociedade equânime ou com a emancipação humana. Afinal, em primeiro lugar, a Administração Política serve para promover a acumulação em nome das classes dirigentes. Mergulhando em fontes weberianas, a Administração Política seria, então, “um aparato de princípios específicos

de organização que permitem a um determinado grupo social dominante gerir as relações sociais segundo os seus interesses” (Tude; Cunha; Rodrigues, 2010, p. 40).

Também é mister que se reconheça que as manifestações de Administração Política se efetivam numa realidade objetiva que se encontra onerada de subjetividades onde o abstrato, então, paga tributos ao concreto. Mas que, nos mais diversos graus, assim como se por uma nêmesis, este também é constantemente atormentado por aquela, num movimento dialeticamente responsivo (Paço Cunha, 2019). Lembrando que, em tal situação, o Estado não pode ser visto como uma entidade alheia e apartada, na prática ocorre exatamente o oposto. E observa-se que com o avanço do desenvolvimento capitalista, o poder público tem se revelado, cada vez mais, como o estuário das cobranças e pedidos dos demais agentes econômicos, passando a assumir o protagonismo no desenrolar do próprio modo de produção (Santos; Ribeiro, 1993). Ademais, de acordo com R. Santos (2010), nos limites do modo de produção capitalista, é praticamente impossível movimentar o circuito produtivo sem o ente estatal. Sobre o tema, Ribeiro (2008) advoga que as relações entre Estado e Sociedade são uma faceta crucial para a compreensão da história dos sistemas econômicos.

Contudo, o Estado não é o cerne da Administração Política, uma vez que essa é reflexo das predileções das classes dominantes e dos movimentos conflitivos e contraditórios das sociedades classistas, principalmente aqueles que se dão nos limites do modo de produção capitalista, além de que, no desenrolar da história dos povos estamentais, essa última mais tutelou aquele primeiro do que foi tutelada (Paço Cunha, 2017). Tude, Cunha e Rodrigues (2010) reforçam essa posição e rememoram que formatos de Gestão das relações sociais de produção já se faziam presentes na construção das civilizações desde antes do surgimento dos estados nacionais e que, para além da máquina estatal, a Administração Política tangencia tanto a esfera pública quanto a esfera privada dos circuitos produtivos.

O foco está, então, em descobrir e descrever como as forças sociais se correlacionam para determinar a RSPC&D, como essa regulação sobrepuja os pontos de resistência e institucionaliza-se, e como ela é superada quando obsoleta. Com destaca R. Santos (2009), a Administração Política das sociabilidades, que versa sobre a concepção das formas de Gestão das relações sociais, deve ser avaliada a partir das intencionalidades (concepção e organização), dos movimentos (execução e avaliação) e da finalidade (o devir) da ação gestonária. Dessa forma, em linhas gerais, as questões que espelhariam a qualidade de uma Administração Política seriam, segundo E. Santos (2016), as seguintes: (i) Como se organiza o sistema produtivo? (ii) Como se processa a distribuição da riqueza socialmente produzida? (iii) Como se estruturam os padrões de consumo? e (iv) Quem coordena esse ordenamento?

Sem embargo, tendo por estribo os argumentos de Paço Cunha (2019), outro bloco inquisitivo poderia ser elencado aos elementos levantados por Elinaldo Santos: (v) Como se manifestam os conflitos entre as classes? (vi) Como se expressam as relações de força e as supremacias de classe? Como se processam as alianças e os consensos? (vii) Como se produz o valor das coisas? e (viii) A quem serve a Administração Política?

À primeira vista, talvez, não pareça, mas não há choques entre esses questionamentos, pois, na verdade, se complementam. O primeiro quadro se vincularia às referências mais externas da Gestão das RSPC&D que, para os limites deste artigo, poderiam ser chamadas de “técnicas”; ao passo que a segunda esquematização condensaria os aspectos mais interiores, aqui denominados de “políticos”, assim assumidos apenas por uma necessidade de simplificação.

Até certo ponto, as respostas a esse conjunto inquisitório forneceriam pistas de como se determinar qual(is) seria(m) o(s) grupo(s) dominante(s) que deteria(m) o(s) mecanismo(s) que confere(m) ao(s) seu(s) detentor(es) as condições de gestar e gerenciar as RSPC&D segundo os seus próprios interesses. No entanto, é preciso que se esclareça que esse não é um contexto discreto e estanque no qual seus componentes seriam prontamente classificáveis e enumeráveis. De modo diverso, o elenco que protagoniza esses episódios tende a se embaralhar na miscelânea dos eventos sociais, conformados por interesses contraditórios e conflitantes, eivados por disputas pelo poder de comandar e decidir, ora abertamente ora de forma velada, o que impediria tratar essa tela como uma composição em preto-e-branco, sendo ela, em verdade, determinada por uma vasta gama de tons de cinza.

3.2 Contribuições da Administração Política do Espaço Geográfico para o entendimento da Construção do Espaço

Primeiramente, é bom não olvidar que os dados que estruturam a economia-mundo estão inseridos no mesmo conjunto de manifestações na quais as mais diversas causas e os mais diferenciados efeitos se dão por sobre a mesma superfície, ou seja, por todo o globo terrestre (Santos, M., 1996).

Com efeito, o ser humano, as firmas, as instituições, as infraestruturas e o meio ecológico, que vêm a ser os elementos constituintes do Espaço (Santos, M., 2012b) permeiam o planeta de um polo a outro. No entanto, ainda que eles sejam, basicamente, os mesmos em todas as coordenadas, as medidas quantitativas e qualitativas de suas disposições, bem como os padrões e os fatores de combinação interna e externa, promovem interações únicas dando aos lugares feições específicas (Santos, M., 2004), ou seja, os ingredientes espaciais são ubíquos, mas os seus arranjos são peculiares.

Milton Santos afirma que as modalidades dessas justaposições vão se alterar no tempo, criando um mosaico histórico que permite diferenciar as fases de desenvolvimento dos lugares – tanto de modo endógeno quanto exógeno – autorizando a promoção de sincronias e diacronias sobre os fenômenos de ordem econômica, social, política e, até mesmo, moral, tudo com base nos aspectos geográficos dessa trajetória. Essas mudanças são respostas do fato de que nenhuma sociedade é eterna, nenhum conjunto de forças produtivas é imutável, nenhum vínculo de propriedade é perene e inquestionável, e nenhum tipo de relação social pode arrogar para si uma origem natural (Santos, M., 2012a). Com base nesses argumentos, pode-se deduzir que toda a obra humana está exposta aos efeitos da entropia, tanto num nível físico, quando o tempo deteriora as suas propriedades, quanto numa dimensão política, quando as regras de coordenação vigentes se tornam obsoletas e vêm a fenecer, sendo substituídas por outras mais afeitas ao novo ambiente.

Tomando como base os constructos do pensador, o Espaço é compreendido como uma decorrência política da ação humana e as suas qualificações são tributárias dos estoques e dos fluxos de poder – que vão determinar quais são as áreas polarizadoras e os recantos polarizados; dos padrões de relações de produções socialmente aceitáveis – que vão definir qual a cinemática e a dinâmica intrínseca ao circuito produtivo; das formas de dispersão dessas energias – que vão acabar por criar as seletividades locais; e dos perfis desses movimentos – que vão definir as formas de suserania e de vassalagem territoriais e socioeconômicas (Santos, M., 2004). Desse modo, pode-se inferir que os fatos naturais já não mais são suficientes para precisar as distinções locais, antes disso, são particularidades tais como formatos de posse da terra, feição da divisão do trabalho, contornos das densidades do capital e volumes de financeirização das atividades que vão categorizá-los e hierarquizá-los (Santos,

M., 2018), assuntos esses passíveis de manuseio pelos estudos administrativos, particularmente pela Administração Política.

O Espaço é considerado, portanto, como um conteúdo da alçada gestonária porque, no fim das contas, representa uma estrutura social construída socialmente. É impossível que o Espaço exista sem Sociedade assim como, também, é inverossímil que a sociedade possa subsistir fora de tal ambiente (Santos, M., 2012a), o que vai exigir que sua coordenação seja politicamente pactuada e administrativamente conduzida. Também deve-se ter em mente que o Espaço não é apenas o conjunto dos seus elementos, mas, fruto das inter-relações funcionais entre esses; ou seja, é a conciliação dos valores de cada um desses fatores que vai lhe conferir senso e sentido, diferenciando-o conforme mudam-se as coordenadas ao largo do globo terrestre. Logo, é a organização dessas componentes que particularizam os lugares, atribuindo-lhes papéis e predicados de existência (Santos, M., 2012b).

A fundação dessa organização (gestonária) é, por assim dizer, a base da estruturação espacial dos objetos geográficos, sendo ela a norma que determina as disposições das coisas, os movimentos dos elementos, as faculdades funcionais dos instrumentos, as relações entre os atores e as hierarquias territoriais. Paradoxalmente, quanto mais os lugares se especializam, mais eles se vinculam entre si, uma vez que as suas particularidades são eleitas e destacadas em função dos interesses do capital, que requer a formação de complementaridades entre os mais diversos pontos do planeta, resultando numa estrutura vertical de integração (Santos, M., 2008). Assim sendo, o Espaço é composto por áreas hegemônicas que vetorizam as dominações econômicas, políticas e culturais, e por áreas hegemônicas (não-hegemônicas) que se submetem e subsomem essas diretrizes, moldando a sua conduta à ação regulatória dos espaços de comando (Santos, M., 1994).

Por conta disso, M. Santos (2012a) sustenta que somente a operacionalização da história das sociedades – mundial e local – pode permitir a correta apreensão da realidade espacial como unidade de concretização da ação transformadora do ser humano, uma vez que não há Espaço que não seja social. Por conseguinte, a Administração Política apresenta-se, também, como um fator histórico. Nessa conjuntura, a dimensão técnica ganha contornos de parâmetro universal de comando e controle – definindo quem manda e quem obedece, inclusive no âmbito da divisão internacional do trabalho – e a sua aplicação se dá sob a batuta da Gestão, o que vai desembocar na administração das relações de produção, realização e distribuição, e, mais ainda, na administração da relação do ser humano com o seu próprio entorno (Santos, M., 1994; Santos, R., 2004).

O uso das engenharias em nome dos investimentos que, no mais das vezes, se processam em forma de capitais fixos, avança por sobre os meios ecológicos, adaptando-os aos interesses produtivos, mas também, de modo simbiótico, reformulando e sendo reformulados pelos ambientes institucionais e pelos elementos organizacionais, de maneira a se garantir que não haja distância entre intenção e gesto (Santos, M., 2012b). Essa racionalização das formas de produzir e, conseqüentemente, de ocupar os espaços e de transformar as relações sociais – e que se dá administrativamente – possui dois dutos principais de espraiamento, segundo M. Santos (2018): (i) a tecnosfera, que bendiz os mandamentos operacionais da produção; e (ii) a psicosfera, que sacraliza os discursos e as atitudes da intencionalidade hegemônica e hegemônica.

A transmutação da técnica em ferramenta de dominação é uma elaboração histórica conduzida pelos atores dirigentes que foi temperada a doses de economia e de política (Santos, M., 1994) e que, por assim dizer, foi marinada a fortes porções de ações no campo da administração, responsável pela organização e condução do processo social, e sempre posta à mesa com o fito de atender aos objetivos de comando e controle classistas. E a ascensão do meio técnico-científico impulsionou e impulsiona essa realidade, ao fortalecer os elos das áreas

submetidas com os espaços centrais, por meio de elementos não simplesmente operacionais, mas também por meio de componentes socioeconômicos (Santos, M., 2018). A dominação não se dá apenas por sobre “o que” produzir, ela passa a se dar, também, através de “o como” produzir.

Dessa forma, o elemento basilar e primeiro, que demarca o papel dos países subdesenvolvidos no interior da economia mundo, é que esses são lugares de exploração e de obediência, cujas estruturas se organizam e se orientam em função de interesses alhures e que são, no mais das vezes, desenhados para atender necessidades em escala global (Santos, M., 2004). Como corolário, não é apenas o modelo socioeconômico a componente fundante da pobreza e da pauperização desses espaços, mas também a própria Organização Espacial que emerge como instrumento de marginalização das localidades e das pessoas que ali vivem (Santos, M., 2018), o que denota o caráter administrativo do ente geográfico.

O Terceiro Mundo surge nesse contexto como uma colcha cuja trama é descontínua, instável, difusa, desigual e exposta às mais diversas polarizações e aos mais sortidos níveis de decisão e de controle, sendo demarcado por colossais disparidades nos níveis de renda, resultando em segregações de acesso ao consumo e aos direitos da cidadania (Santos, M., 2004). As paisagens dos lugares submetidos do Terceiro Mundo são uma derivação dos interesses gestados nos pontos centrais da economia global, estando as motivações de suas condutas dissociadas dos seus aspectos locais e sempre sendo politicamente subordinadas por meio de estruturas sociais postas em movimento justamente para reproduzir esse contexto de submissão, o que redundava em relações sociais não-igualitárias e concentradoras (Santos, M., 1996). Nessas localizações, a construção do Espaço é conformada pela atuação dialética de forças centrípetas e centrífugas, que calibram os movimentos de concentração e de dispersão dos agentes e dos instrumentos geográficos, daí derivando as especializações, as dinamicidades e as estagnações, as modernidades e as anacronias dos lugares (Santos, M., 2004).

A evolução urbana de algumas cidades brasileiras, no início do Século XX, tais como Belém (PA) e Manaus (AM), no norte do país, e Salvador (BA), na região Nordeste, são bons exemplos desse referido contexto, onde sístoles e diástoles econômicas, politicamente definidas no estrangeiro, formatam a dinâmica produtiva e demográfica das espacialidades (Santos, M., 2018). Por isso que é um equívoco tentar realizar uma comparação entre a evolução socioeconômica dos países centrais da economia-mundo e as nações exploradas do Terceiro Mundo (Santos, M., 1996). Aos espaços submetidos devem ser designadas outras formas de interpretação de suas histórias.

Para M. Santos (2004), as regiões periféricas da economia mundo não podem ser recepcionadas como estando em uma fase anterior de desenvolvimento, a caminho de um estágio superior de organização dos seus sistemas produtivos. Pelo contrário, são peças de uma estrutura que cobra e mantém o seu subdesenvolvimento, cada um possuindo trajetórias e jornadas próprias de evolução. Por outro lado, o subdesenvolvimento é um acontecimento que compartilha predicados comuns nas várias localizações de sua ocorrência, fazendo com que as mais diferentes formações históricas e sociológicas se submetam a um fator econômico universal (Santos, M., 1996), no mais das vezes, política e administrativamente imposto. Sendo os processos de urbanização do Terceiro Mundo um paradigma dessa constatação.

O subdesenvolvimento, então, não pode ser visto como uma deficiência do modelo econômico operado nas regiões submetidas da economia mundial. Em verdade, é resultante de uma designação gestonária realizada pelo movimento do circuito produtivo aí existente, relevando elementos próprios do campo da administração, como a possibilidade de explicação de como foram concebidas, organizadas e executadas as relações que

produziram essa conformação social, melhor dizendo, possibilita compreender e explicar os movimentos dos macroprocessos sociais. Dessa forma, a Organização Espacial nas regiões exploradas do globo, que refletiria os intuítos preconizados pelos segmentos dirigentes, seria o resultado da Administração Política vigente, que, prioritariamente, buscaria manter os padrões de acumulação em vigor.

Contudo, a Administração Política do Espaço Geográfico não estaria restrita apenas às áreas submetidas do globo. Ela também estende seus tentáculos pelas regiões centrais, uma vez que ela é um atributo da própria presença do ser humano no planeta, sendo, como aqui já foi dito, essa mesma hierarquização entre os lugares um efeito da sua existência. Logo, a despeito da ausência de um comando unificado e coerente, a construção do Espaço deve ser vista como um fenômeno administrativo porque tanto o seu sentido quanto a sua direção é pautado pelos interesses do capital por meio de ações de concepção, movimento e finalidade, voltados para o atendimento de uma intencionalidade politicamente concertada.

4 A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COMO UM FENÔMENO GESTIONÁRIO: CONVERGÊNCIAS ENTRE OS CONSTRUCTOS DA ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA E DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Considerando que a Administração Política é um fenômeno histórico que conforma a trajetória humana sobre a Terra e que uma das principais marcas desse conjunto factual é a evolução da Organização Espacial, deve-se agora assentar o argumento de que essa última é um fenômeno de Gestão. Conforme já foi aventado, a hominização do ser humano é uma concomitância do seu processo de domínio da natureza. Com o passar dos tempos, esse movimento se acelerou e se enfronhou no próprio transcurso histórico de modificação do Espaço, transformando-o num palimpsesto em que elementos obsoletos são deletados para dar lugar a outros mais modernos, num defluxo politicamente concertado.

Com efeito, as mudanças nas paisagens são uma decorrência dessa odisséia e quanto mais antigo o seu uso, mais são os níveis que vão se sobrepondo, camuflando as opções de relações sociais de produção assumidas pelos ajuntamentos humanos com o passar dos séculos. Se o solo guarda em si a evolução das eras geológicas do planeta, os registros das paisagens modificadas carregam consigo a história da luta do *homo sapiens* pela obtenção da materialidade.

As sociedades humanas ganham forma, então, a partir do modo como elas transformam o Espaço configurando o instantâneo desse fluxo em termos de paisagens geográficas. Logo, a paisagem é a cristalização dos modos pelos quais as pessoas afetam o Espaço e o modificam com o fito de atender às suas necessidades, vontades e desejos. E esse é um processo eminentemente gestionário, uma vez que, pela sua natureza, consubstancia em si objetos de concepção, organização e execução dos processos formadores e estruturadores dos referidos espaços. Nele, bem ao espírito do que defende R. Santos (2004), Santos, Ribeiro e Santos (2009) e Ribeiro (2008), a realidade transmuta-se em função de um ordenamento previamente concebido nos quais, a despeito dos níveis de energia dispendidos pelo caminho, os momentos decisórios são sempre conservados.

Essa preservação se dá porque, em linhas gerais, a Administração Política, no interior das sociedades estamentais, asperge sua influência por todos os agentes, mas ela é um apanágio exclusivo das classes dominantes, e todas as medidas tomadas, sejam elas de reafirmação do ordenamento inicial ou de sua reformulação, sempre se dão sob o imperativo de garantia da acumulação. Portanto, como advogam Justen *et al.* (2017), a compreensão da totalidade das relações sociais, a sua evolução e o seu desenvolvimento, somente pode ser realizada se for vista

como uma derivação do entendimento das relações de produção, e a Administração Política, enquanto fenômeno social, não escapa a esse imperativo.

O mesmo pode ser dito da Organização Espacial, dado que ela é parte integrante desse mesmo quebra-cabeça. Conforme aqui vem sendo defendido, esse predicado societal somente pode ser corretamente apreendido se abordado, também, como um dado gestionário. Afinal, os objetos geográficos vão, com o transcorrer da história, assumindo feições técnicas e, gradualmente, essas passam a responder a finalidades específicas administrativamente definidas (Santos, M., 1994), o que faz com que a geografia dos lugares abandone suas configurações naturais e se apresentem como uma artificialidade de intencionalidades inauditas. As localizações espaciais são, assim, uma acepção de opções políticas e ideológicas que se realizariam através de formatos de Administração Política e que se impuseram perante as demais alternativas.

Esse nexos segue um fluxo no qual a intenção (fase de concepção e organização de um dado plano de ação) estabelece objetivos, os quais carecem de ações voltadas para a execução e avaliação do processo social, e que culminam em uma finalidade – que deve ser na direção da satisfação coletiva –, ou seja, esse fluxo precisa ser administrado, e essa administração cobra legitimação, que se constrói por meio de atitudes de convencimento e/ou de coerção, sendo esse processo embebido em uma ambiência de interdependência funcional entre os agentes. (Santos, R., 2009).

Ainda que seja desenvolvida em nome das castas superiores, e que sejam encilhadas aos interesses de acumulação dessas, as formas históricas de Administração Política são uma elaboração coletiva e socialmente ampliada, não sendo a sua operacionalização exclusividade de uma única categoria, mas, diversamente, tendo a sua promoção realizada a expensas de toda a sociedade, como bem assevera Paço Cunha (2017). A totalidade social estaria incrustada nesse conjunto de interações funcionais e, tal qual um camafeu, de onde uma imagem nítida e coerente emerge de uma pedra em estado bruto e disforme, ela é edificada tendo por suporte a intencionalidade dominante que se institui frente as suas concorrentes postando-se como o conjunto de relações de produção assumido/imposto pelos demais entes que a elas se associam.

Não é por acaso que a proposição de M. Santos (1994, 1996, 2003, 2004, 2007, 2008, 2012a, 2012b, 2018) de que, em todas as fases do circuito produtivo, os espaços são reformulados sob a batuta dos interesses do capital, encontra guarida no princípio marxista de que “[...] são as necessidades da valorização e não do bem-estar social e individual que determinam o nível da distribuição, troca e consumo” (Justen *et al.*, 2017, p. 683).

A ação gestionária ganharia, assim, contornos geográficos, a partir dos modelos de intervenção e modificação da paisagem e esses, independentemente das configurações de combinação dos recursos, na história das sociedades classistas, sempre se orientariam no sentido de garantir os perfis de acumulação em favor de um dado segmento social de poder. No modo de produção capitalista a burguesia se apresenta como esse polo de atração. Quando M. Santos (1996, p. 9) alude ao conceito de ‘paisagens derivadas’ de Maximilien Sorre para lembrar que “as paisagens dos países subdesenvolvidos, efetivamente, derivam das necessidades dos países desenvolvidos, onde finalmente, se encontra a decisão”, ele não está fazendo outra coisa que não estabelecendo um nexos entre Espaço e Gestão. À luz de tal concepção, as relações sociais de produção não mais são dadas pelos aspectos regionais, gerados pela feição das interações humanas e/ou naturais ali existentes, mas, sim, por outras formas de agrupamentos sociais que, à distância, definem o *devoir* e o *mister* do circuito produtivo local, e o grau dessa intervenção determina o perfil de importância econômica então identificada.

A própria repartição dos recursos estatais vai interferir na devida Organização Espacial, podendo essa atuação assumir feições concentradoras ou dispersoras (Santos, M., 2004), o que remete aos processos de dinamicidade e de estagnação e atraso das espacialidades do Terceiro Mundo, onde o uso e o abandono dos recursos geográficos por parte das forças estrangeiras de ocupação (econômica, mas, por vezes, também militar) foram estabelecidos conforme os interesses dessas últimas.

O argumento central desse ensaio é que a mescla entre Espaço, Administração e Política promove uma alteração na Organização Espacial na qual o evento gestionário se afasta do papel de figurante e assume protagonismos. E, ao mesmo tempo, o fator geográfico deixa de ser desinência e se posta como fulcro das ações de planejamento, organização, execução e controle do circuito produtivo. Consequentemente, a evolução das forças produtivas nada mais é do que a substituição de um modo de produção por outro mais adequado aos atores sociais então existentes, onde aquilo que se tem por novo busca suplantar aquilo o que é considerado já obsoleto (Santos, M., 2012a). Todavia, seja esse embate técnico ou político, ele é conduzido, ou seja, administrado, cabendo aos atos gestionários celebrar o que é válido e aposentar ou marginalizar aquilo que não mais o é.

Nesse sentido, aquilo que M. Santos (2004, p. 277) chama de “atividades que promovem uma macro-organização do Espaço” coaduna com a concepção de Gestão dos macroprocessos sociais destacado por R. Santos (2009, 2010) e Santos e Ribeiro (1993), uma vez que tais ideias remetem à existência de uma superveniência administrativa do circuito produtivo. Esse processo gestionário se agudiza conforme se acelera a mecanização do território, como pode ser extraído dos argumentos de M. Santos (2018). Isso se justifica pelo fato de que os espaços passam a ser, então, modelados e modulados para que não apenas a produção escoe de modo mais rápido, mas, também, a própria informação o faça, sendo essa a matéria-prima das intencionalidades e decisões administrativas.

Ressalte-se, porém, que a simples difusão da informação e das técnicas é um propulsor de dispersões; lançadas ao vento, elas tendem a alastrar-se de forma incoerente, por isso a necessidade de uma intervenção administrativa de aglutinação e harmonização dos esforços. A tecnificação dos espaços é a marca da ingerência humana, mas é o proceder gestionário que dá forma e objetividade a esse empreendimento.

No entanto, o que está se propondo nestas linhas – a defesa de um tratamento administrativo às coisas do Espaço – apenas tem licitude se, bem ao espírito de Santos e Ribeiro (1993), R. Santos (2009) e Sousa Silva (2019), a Gestão for recepcionada como o real objeto da Administração. Sob esse preceito, o termo Organização deixa de ser um substantivo concreto e coloca-se como substantivo abstrato, carecendo de uma qualificação complementar para obter significado real e, nesse sentido, esse seria facultado pela ação humana (Santos, R., 2009). E esse é o significado presente na expressão Organização Espacial que é sistematizada por meio da composição dos elementos espaciais de modo coordenado, numa atmosfera politicamente concebida, ganhando logicidade por meio das funcionalidades estabelecidas entre os seus objetos e das interações que esses desenvolvem entre si. Assim, o foco gravitacional da análise não se encontra mais na entidade produtiva – tomada como uma figura autônoma –, mas desloca-se para o conjunto de decisões e orientações administrativas promovidas no sentido de garantir o alcance dos objetivos politicamente traçados (Ribeiro *et al.*, 2021).

Se M. Santos (2003, p. 20) diz que a “economia se realiza no espaço e não pode ser entendida fora desse quadro de referência”, o mesmo também é válido para a concretude dos atos administrativos, com o agravante de que, sem um mínimo de Gestão, nada do que é humano prospera, inclusive a própria economia. Se o Espaço é a natureza transformada pelo ser humano, essa metamorfose só é factível através de gestão desses processos.

Por fim, faz-se necessário lembrar que a abordagem espacial da Administração Política deve se guiar pela exortação de M. Santos (1996) de que as matérias não geográficas que se voltam para a Organização Espacial precisam criar métodos analíticos adequados para compreender de modo válido a realidade dos países subdesenvolvidos. Esse é um desafio e tanto para uma disciplina como a Administração, tão acostumada a importar conceitos e métodos forâneos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve por objetivo principal desvendar os princípios da Administração Política encravados nas ideias do geógrafo Milton Santos sobre o fenômeno da Organização Espacial, sendo tal proposta realizada pela identificação das ideias prescritas pelo pensador que associam o evento geográfico às ações gestionárias. Nesse sentido, primeiramente, buscou-se estruturar a Administração Política como um fenômeno social para, em seguida, apresentar a intervenção humana sobre o Espaço como o resultado da aplicação de uma plethora de procedimentos de jaez administrativa.

O referido cotejo logrou mostrar que há congruências entre os dois constructos teóricos, principalmente nos trechos em que ambas vinculam a evolução das relações sociais de produção, à ocorrência de intencionalidades preexistentes e à promoção de decisões político-administrativas que se expressavam num formato gestionário. Se o campo nascente da Administração Política vê a totalidade da teia social pervadida por esse dado, Milton Santos abre portas para tal interpretação, prioritariamente, naqueles pontos em que ele elabora um discurso sobre como a humanidade modela e modula o Espaço, com especial atenção para as regiões espoliadas do Terceiro Mundo.

Nesse sentido, se a Organização Espacial é um fenômeno humanamente construído, ele é também um evento gestionário, ou seja, estruturado por ações administrativas com o propósito de se atingir um objetivo previamente estabelecido. Em sendo político o ambiente no qual essa Gestão é estruturada, carrega consigo vieses de conflito e de choque, onde a luta se dá pelo controle da coordenação normativa das relações socioespaciais de produção. Com base nessas constatações, este texto, de natureza essencialmente exploratória, ao estabelecer uma ponte no vão que há entre a Administração Política e a Organização Espacial, conseguiu atingir o seu objetivo basilar.

Por não ser (e nem pretender ser) exaustivo, o escrito encontra-se coalhado de lacunas e questionamentos sobre os conceitos usados e as resoluções apregoadas, mas, por sinal, isso se dá de uma forma em que se permite alimentar a crença de que tais ausências possam ser recebidas como contribuições, já que isso pode ser um indicativo de que se instilou curiosidade suficiente para suscitar dúvidas e, portanto, interesse sobre o tema, e, esperam-se, futuras investigações.

Artigo submetido para avaliação em 25/10/2024 e aceito para publicação em 17/12/2024

REFERÊNCIAS

JUSTEN, A.; GURGEL, C. R. M.; FERRAZ, D. L. S.; PAÇO CUNHA, E. Administração Política: por uma agenda de pesquisa marxista. **Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 10, p. 663-759, ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4010>. Acesso em: 10 mar. 2022.

PAÇO CUNHA, E. Centralidade da Gestão do Estado como limite da razão política ou para uma crítica da Administração Política. **Revista Eletrônica de Administração**, [S.I.], v. 25, n. 2, p. 150-178, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/14132311.237.809126>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PAÇO CUNHA, E. Ensino da Administração Política e consciência de classe. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S.I.], v. 9, n. 2, p. 33-64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/24549>. Acesso em: 01 abr. 2022.

RIBEIRO, E. M. Revisitando o conceito de Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S.I.], v. 1, n. 1, p. 7-18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15479>. Acesso em: 10 jan. 2022.

RIBEIRO, E. M.; SILVA, E. S.; SANTOS, R. S.; RIBEIRO, M. M. Administração Política do Espaço Geográfico: análise da capacidade de gestão da pandemia da COVID-19. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [S.I.], v. 10, n. 1, p. 87-104, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/42609>. Acesso em: 12 jan. 2022.

SANTOS, E. L. Teoria da Administração Política do desenvolvimento. In: SANTOS, E. L. (Org.), **Teorias administrativas contemporâneas**. Vitória da Conquista; São Paulo: Edições UESB; Hucitec, 2016. p. 170-190.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2018. (Coleção Milton Santos, 6).

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012a. (Coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, M. **Economia espacial**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos, 3).

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012b. (Coleção Milton Santos, 12).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos, 10).

SANTOS, M. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos, 4).

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007. (Coleção Milton Santos, 8).

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. S. A administração política como campo do conhecimento. In: SANTOS, R. S. (Org.). **Em busca da apreensão de um conceito para administração política**. São Paulo: Mandacaru, p. 19-57, 2004.

SANTOS, R. S. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo**: uma discussão com os filósofos economistas – de Smith a Keynes. São Paulo; Salvador: Hucitec; Mandacaru, 2001a.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. In: SANTOS, R. S. (Org.). **A Administração Política como campo do conhecimento**. 2. ed. São Paulo; Salvador: Hucitec; Mandacaru, 2009.

SANTOS, R. S. Estruturação, implementação e financiamento das políticas sociais durante o regime militar no Brasil. In: SANTOS, R. S. (Org.). **Políticas sociais e transição democrática**: análises comparativas de Brasil, Espanha e Portugal. São Paulo; Salvador: Hucitec; Mandacaru, 2001b.

SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta da administração política para o capitalismo**: uma crítica aos pressupostos da externalidade do Estado e da crise fiscal. São Paulo: Hucitec, 2010. (Coleção Administração Política, 1).

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. **Outro modo de interpretar o Brasil**: ensaios de Administração Política. São Paulo; Maceió: Hucitec; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G.; SANTOS, T. C. S.; RIBEIRO, E. M.; ANDRADE FILHO, L. M. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, art. 10, p. 1011-1034, out./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/30795>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A administração política brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 102-135. 1993. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8553>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da administração política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 4, p. 919-941, jul./ago. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6715>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SANTOS, R. S.; SILVA, E. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, E. L. S.; MARTINS, C. C. Administração, OMS e Covid-19: uma Relação Conflitiva. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, BA, n. 17, n. 30, p. 10-29, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/ccsa.v17i30.7115>. Acesso em: 28 jan. 2022.

SOUSA SILVA, E. **A Administração Política do Espaço Geográfico**: a organização espacial como um fenômeno de gestão. 2019. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SOUSA SILVA, E. S. Administração Política: prolegômenos. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S.I.], v. 12, n. 2, p. 42-88, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/47116>. Acesso em: 25 jan. 2022.

TUDE, J. M.; CUNHA, E. V.; RODRIGUES, G. K. M. Max Weber e a Administração Política: quais as aproximações possíveis? **Revista Brasileira de Administração Política**, [S.I.], v. 3, n. 1, p. 31-51, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15508>. Acesso em: 10 mar. 2022.